



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**CARTA-CONTRATO Nº 22 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COMAP/SC****CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO CNPJ: 03.910.634/0001-70**

Endereço: Av. João Batista Parra, 575, Praia do Suá, Vitória/ES CEP 29.052-123

**CONTRATADA: GOSHME SOLUÇÕES PARA INTERNET LTDA (JUSBRASIL) CNPJ: 07.112.529/0001-46**

Endereço: Av. Tancredo Neves, nº 1186, Ed. Catabas Center, 6º andar, Bairro Caminho das Árvores, Salvador/BA 41.820-021

telefone: (71) 3035-2528 / (31) 97163-0518 e-mail: faleconosco@jusbrasil.com.br / nathan.lana@jusbrasil.com.br

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Assinatura para acesso à plataforma digital de consulta de jurisprudência JUSBRASIL, com acesso a 08 (oito) usuários para consulta, cópia e download de Jurisprudências, Diários Oficiais, Modelos e Peças disponíveis dentro da plataforma.

§1º. A presente contratação tem fundamento legal na Lei nº 8.666/93, sendo dispensável a licitação nos termos do seu art. 24, II, dar-se-á sob regime de execução indireta - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL e obedecerá ao estipulado neste instrumento, no Termo de Referência que embasou a contratação e na proposta apresentada pela Contratada em 03/05/2023.

**§2º. Da Comunicação entre Contratante e Contratada**

a) Toda e qualquer documentação relativa à contratação deverá ser encaminhada à outra parte, prioritariamente, através de correio eletrônico.

a.1) O Contratante poderá, a seu critério, solicitar a apresentação de documento original ou cópia autenticada para verificação da autenticidade dos documentos enviados por correio eletrônico.

b) A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da Contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de e-mail.

c) As partes se obrigam a informar o endereço eletrônico de contato em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, caso não tenha sido informação previamente.

**§3º. Da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**

a) As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

b) É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

c) Quando aplicável, a Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

d) As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal, exceto referente aos dados públicos, conforme definição da LGPD.

e) Neste ato, o Contratante declara que está ciente que o tratamento dos dados pessoais acessados pelos usuários por meio da plataforma digital de consulta de jurisprudência JUSBRASIL se dará conforme a Política de Privacidade da Plataforma Jusbrasil, disponível aqui: <https://suporte.jusbrasil.com.br/hc/pt-br/articles/360041534212-Pol%C3%ADtica-de-Privacidade-da-Plataforma-Jusbrasil>.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

A presente Carta-Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE**

a) Promover, por intermédio do fiscal contratual, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, nos aspectos quantitativos e qualitativos, incluindo:

a.1) anotação em registro próprio das falhas detectadas e demais ocorrências;

a.2) comunicação formal de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;

b) Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa disponibilizar seu produto, dentro das normas estabelecidas neste instrumento;

c) Fornecer as informações e as orientações necessárias para a disponibilização do produto objeto do presente instrumento;

d) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas neste instrumento.

## **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

a) Proceder à assinatura digital do instrumento contratual em até 03 (três) dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE/ES;

b) Fornecer todos os serviços ofertados durante a vigência do contrato, supervisionando a qualidade do produto;

c) Indicar um representante e os respectivos substitutos, para assegurar ao Contratante o bom funcionamento do produto contratado;

d) Fornecer informações aos usuários sempre que solicitadas;

e) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, atendendo, em até 72 (setenta e duas) horas prontamente às reclamações e levando, imediatamente, ao conhecimento da fiscalização a qualquer fato que impeça ou dificulte a perfeita execução do objeto contratado para adoção das medidas cabíveis;

f) Assumir inteira responsabilidade pelo seu pessoal, que não terá nenhum vínculo empregatício com o Contratante, arcando com as despesas com transportes, estadas, alimentação e acomodações, quando e se for necessário deslocamento de pessoal, devendo responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do contrato;

g) Apresentar mediante solicitação feita pela fiscalização do Contratante, relatórios sobre o acesso à plataforma;

h) Proceder, quando notificada, à correção de imperfeições, falhas ou irregularidades eventualmente constatadas no produto ora contratado, desde que devidamente comprovadas, sem qualquer ônus para o Contratante;

- i) Substituir a qualquer tempo, durante a vigência do contrato, qualquer membro da equipe técnica, cuja atuação não esteja, comprovadamente, compatível com os objetivos do contrato;
- j) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Contratante e/ou terceiros, provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas, ressaltando-se que não configuram irregularidades qualquer problemas nos serviços decorrentes de falhas, indisponibilidades ou divulgação de informações incorretas nos Diários Oficiais e Tribunais Estaduais, Federais e Superiores ("Fontes Originais"), dos quais a Contratada coleta os dados disponibilizados na prestação dos serviços;
- k) Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional;
  - k.1) Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;
- l) Comunicar ao tribunal qualquer alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie as disposições da Resolução CNJ nº 07/2005 e alterações posteriores;
- m) Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E PAGAMENTO**

O Contratante pagará à Contratada o valor global e em parcela única à vista, de **R\$ 2.987,52** (dois mil novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), mediante depósito bancário em conta corrente, até o 5º (quinto) dia útil subsequente à apresentação do documento fiscal, referente aos 12 (doze) meses da prestação de serviços, devidamente atestado pelo Contratante, desde que não haja fato impeditivo provocado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 8.666/93.

**§1º.** O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere as retenções tributárias.

**§2º.** Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada pelo Gestor do Contrato e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

**§3º.** A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

**§4º.** A declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

**§5º.** Não haverá reajustamento de preços.

### **CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa decorrente da aquisição do objeto deste contrato tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA, encontra-se em compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2020/2023 e a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, conforme disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº. 101/2000, e correrá à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Anual deste Tribunal Regional Eleitoral:

Ação: 02.122.0033.20GP.0032 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral no Estado do Espírito Santo

Natureza da Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Empenho n.º 2023NE000314 de 27/07/2023.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

Em conformidade com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente instrumento, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

a) Pela inexecução total ou parcial, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a **20 %** (vinte por cento) sobre o valor do objeto inexecutado;

b) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita à multa de **0,5 %** (meio por cento) por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato, limitada a 10% (dez por cento).

**§1º.** As penalidades acima não excluem as previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

**§2º.** A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

**§3º.** Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente.

**§4º.** A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

**§5º.** As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF.

### **CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS E PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO**

Da aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão temporária para contratar com a Administração, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação.

**§1º.** No caso de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação, correndo igual prazo para apreciação do pedido de reconsideração.

**§2º.** Os recursos e pedidos de reconsideração serão dirigidos ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente deste Tribunal, que os decidirá no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

### **CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO**

O inadimplemento das Cláusulas e Condições estabelecidas nesta Carta-contrato assegurará aos Contratantes, nos termos do art. 77 e/ou 78, da Lei 8.666/93 e suas alterações, o direito de dá-lo por rescindido, assegurados o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

**parágrafo único.** Em caso de rescisão antecipada da Carta-contrato, a Contratada deverá ressarcir ao Contratante o valor correspondente às prestações não cumpridas, com os valores devidamente atualizados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - FORO**

Para dirimir questões advindas desta carta-contrato, fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado, assinado e datado eletronicamente pelas partes:

Pelo Contratante: LEILA DE ALMEIDA GOMES, CPF n.º \*\*\*.586.887-\*\*

Pela Contratada: PEDRO TWIASCHOR KUCZYNSKI, CPF Nº \*\*\*.434.348-\*\*

Em 06 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **LEILA DE ALMEIDA GOMES, Diretor(a) Substituto(a)**, em 06/10/2023, às 14:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO TWIASCHOR KUCZYNSKI, Usuário Externo**, em 16/10/2023, às 15:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1036703** e o código CRC **93C82E32**.

---

Criado por [LETICIA.WERNECK](#), versão 2 por [LETICIA.WERNECK](#) em 06/10/2023 11:36:14.